



Brincar nos Escombros: Um Ensaio Sobre a Invenção de Outros Mundos, Infâncias e Atenção Psicossocial no Contexto de Catástrofes Climáticas

Playing in The Rubble: An Essay on The Invention of Other Worlds, Childhoods And Psychosocial Care in The Context of Climate Disasters

Jugar entre Los Escombros: Ensayo Sobre la Invención de Otros Mundos, la Infancia y la Atención Psicosocial en el Contexto de las Catástrofes Climáticas

Cristian Da Cruz Chiabotto

Simone Mainieri Paulon

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Arthur Henrique Heitelvan Flesch

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

O artigo parte da experiência de escuta e acompanhamento de crianças na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde, diretamente atingidas pelos eventos da catástrofe climática de maio de 2024, no Rio Grande do Sul, para apontar o tempo da infância como sinalizador dos efeitos de sofrimento psíquico no regime petrossorracial. Analisa a possibilidade da infancialização como dispositivo clínico-político indispensável para a reconstrução da urbe pós-catástrofe, a partir das seguintes questões: quais são as infâncias plurais que (r)existem no Antropoceno? Como constituem essas infâncias possibilidades de existência e construção de outros mundos diante das ruínas do capitalismo em sua face neoliberal e colonial? Sustentado metodologicamente por um olhar cartográfico, o estudo aponta a possibilidade de agenciar e maquinar futuros outros na destituição das ruínas da colonialidade.

Palavras-Chave: brincar, infâncias, emergências climáticas, atenção psicossocial.

Abstract

The article starts from the experience of listening to and accompanying children in the Psychosocial Care Network of the Unified Health System directly affected by the events of the May 2024 climate catastrophe in Rio Grande do Sul, to point out the time of childhood as a sign of the effects of psychic suffering in the petrossorracial regime. It analyzes the

possibility of infancialization as an indispensable clinical-political device for the reconstruction of the post-disaster city, based on the following questions: What are the plural childhoods that (r)exist in the Anthropocene? How do these children constitute possibilities for existence and the construction of other worlds in the face of the ruins of capitalism in its neoliberal and colonial face? Methodologically supported by a cartographic approach, the study points to the possibility of organizing and machining other futures in order to destitute the ruins of coloniality.

Keywords: childhood, climate emergencies, psychosocial care.

Resumen

El artículo se basa en la experiencia de escucha y acompañamiento de niños de la Red de Atención Psicosocial del Sistema Único de Salud directamente afectados por los acontecimientos de la catástrofe climática de mayo de 2024 en Rio Grande do Sul, con el fin de señalar el tiempo de la infancia como un indicador de los efectos del sufrimiento psíquico en el régimen petrosexorcial. Analiza la posibilidad de la infancialización como dispositivo clínico-político indispensable para la reconstrucción de la ciudad post-desastre, a partir de las siguientes preguntas: ¿Cuáles son las infancias plurales que (r)existen en el Antropoceno? ¿Cómo constituyen estas infancias posibilidades de existencia y construcción de otros mundos frente a las ruinas del capitalismo en su vertiente neoliberal y colonial? Apoyado metodológicamente en un enfoque cartográfico, el estudio apunta a la posibilidad de organizar y maquinar otros futuros para destituir las ruinas de la colonialidad.

Palabras clave: juego, infancia, emergencias climáticas, atención psicosocial.

Introdução

O texto aqui produzido é ensaiado a partir de inquietações advindas da experiência de escutar e brincar com crianças no contexto dos abrigos provisórios das enchentes de maio de 2024, no Rio Grande do Sul, encontro que foi possibilitado desde o lugar de trabalhadores do campo da atenção psicossocial no Sistema Único de Saúde (SUS). As contribuições advindas da

função de trabalhadores públicos em situações de catástrofes e emergências, neste caso climáticas, se constituem nas trilhas de agenciamento de ferramentas ético-políticas para a proposição de modos de imaginar a construção de outros mundos, partindo da contribuição irrevogável das infâncias na proposição de um futuro possível.

A partir da constatação de que vivemos em um regime sociopolítico que produz um mundo em ruínas, com um

rastro de constante destruição própria da modernidade-colonialidade, apontamos, desde a experiência brincante da infância, a condição fabulativa e imaginativa para constituir saídas para habitar novos mundos e erguer novas modalidades de existência e construção de uma arquitetura outra dos espaços públicos. A capacidade imaginativa e fabulativa, modalidades da capacidade de narrar, constituem também ruínas desse mesmo regime, que opera a impossibilidade de inventar alternativas e de fabricar saídas dos escombros.

Com a contribuição do psicanalista inglês Donald Winnicott (2019), em uma conversa que passeia também por Walter Benjamin, Paul Preciado e Renato Nogueira, constituímos uma trilha epistêmica que provoca a necessidade de fazer sobreviver a imaginação e a narrativa como ferramentas de infâncialização da vida, ou seja, modalidades de ampliação da capacidade de narrar e inventar um mundo para habitar, que possa transpor os escombros — intuindo que é pelo encontro com as infâncias que podem emergir as transformações necessárias para uma vida em que a utopia seja factível como bússola ético-política.

Algumas Palavras Desde as Ruínas de Um Regime de Um Regime Moderno- Colonial

Porto Alegre, 4 de maio de 2024. O dia nasce em meio à escuridão, o sol não desponta no horizonte da Orla do Guaíba; à vista da janela do décimo andar de um prédio no coração do Centro Histórico da cidade, tudo é rio. A catástrofe climática experienciada ao redor do globo terrestre não é um dado novo ou inédito: é tragédia anunciada que agora bate às nossas portas, como evidente no desastre socioambiental que dilacerou o estado do Rio Grande do Sul. Em meio aos des(louca)mentos forçados, atивou-se, em uma parcela significativa da população, o devir-refugiado que nos arrastou para fora de nossas casas e nossos territórios. Marquemos aqui quem são esses novos refugiados climáticos ao Sul do Sul Global: pretos, indígenas, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, idosos, queers e populações vulnerabilizadas nas zonas de alagamento das cidades. A catástrofe climática se inscreve como continuidade do projeto moderno-colonial de extermínio e violência aos corpos marcados e minorizados pelas categorias

de raça, gênero, classe, idade e deficiência.

Acerca da violência, Grosfoguel (2020) nos alerta para a constatação da inseparabilidade entre modernidade-colonialidade como duas faces da mesma moeda, que operam sobretudo na construção de um sistema-mundo fundado na expropriação da vida nos territórios ultramarinos em que a colonização alçou seu empreendimento. A violência ontológica produtora de subjetividades colonizadas nesses territórios não cessa de atualizar suas tecnologias de poder e de transformação da vida em objeto de dominação e mercantilização — do corpo racializado à Terra e seus ecossistemas, tudo é capital. A colonialidade do poder organiza os dispositivos reguladores do Estado moderno a fim de manter a operação de destruição planetária, fundada no lucro e na consequente morte sistemática dos seres vivos que habitam o planeta azul. Tal engenharia da violência, fundada na raça como marcador de um corpo descartável — em que pese os usos desse mesmo corpo para a exploração e produção de mercadoria — se atualiza no corpo vivo da Terra e em seus habitantes humanos e não humanos, como efeito da mesma lógica de destruição da vida. Não

há colonialidade sem um rastro longo e fétido de sangue e pólvora.

Em seus mais de quinhentos anos de existência, o regime colonial insiste em produzir imagens de triunfo: das estátuas dos colonizadores fincadas nos centros das cidades à constante ficção de uma caravana (ou caravela) rumo ao progresso, a inscrição da colonialidade nos modos de subjetivação ocorre na medida em que se vislumbra com naturalidade a violência perpetrada ao longo dos séculos sob o argumento de que estamos nos tornando civilizados. Esse processo civilizatório colonial, fundado na violência, se constitui, na realidade, como triunfo de uma civilização branca, cis-heteropatriarcal e cristã sobre os povos considerados fora da civilização: pretos, indígenas e generificados. A ficção reside no fato de que esse mesmo processo civilizatório colonial denega, assim como no racismo por denegação (Gonzalez, 2020), que a estética produzida pelo regime não é de triunfo, mas sim a de um mundo destruído em meio às ruínas.

A imagem de destruição do regime colonial é definida por Preciado (2023) como uma estética petrossexorracial, na qual gênero, raça e o capitalismo extrativista se agenciam em um regime de

saturação sensorial e cognitiva. A saturação provocada por esse regime se deve à permanente intoxicação pelo que o filósofo denomina de “capitalismo do carvão”, um mundo em que o ar é espesso, sujo e pegajoso, e as vidas são classificadas em uma complexa taxonomia social racializada e generificada. Na estética petrossexorracial, o carvão é a força motriz geradora de um sistema degradante das forças vitais habitantes na Terra, criando zonas de sacrifício em que alguns corpos podem ser exterminados e alguns lugares podem ser devastados. Nessa trama, os locais em que a devastação colonial avança estão situados geográfica, existencial e epistemologicamente ao Sul Global, compreendido como espaço ontológico que se materializa tanto através dos países colonizados — o “Terceiro Mundo” — quanto pelo modo de subjetivação moderno-colonial, conformando modos de existência no limiar da inexistência.

A estética do carvão — e da fumaça que também invadiu Porto Alegre ainda no ano de 2024, nos meses de agosto e setembro, em decorrência das queimadas ao longo do território nacional — torna evidente a crueza da experiência sensorial à qual somos, como humanidade,

expostos, na impossibilidade de habitar em segurança e até mesmo respirar. Da pandemia de covid-19 às fumaças, respirar no regime petrossexorracial é cada vez mais difícil. Antropoceno é o nome conferido pela comunidade científica internacional a uma virada na concepção das épocas geológicas: a intervenção humana no espaço terreno teria se tornado uma força geológica incontornável, registrada nas entranhas dos nossos rios, rochas e florestas. Latour (2020) nos apresenta a noção de Antropoceno para que a utilizemos como uma caixa de ferramentas filosófica frente ao conceito de modernidade, situando, de uma vez por todas, que a humanidade em sua face colonial-capitalística é protagonista da destruição de nosso habitat e, sobretudo, um agente da geo-história tão intenso quanto a fúria dos mares e dos vulcões.

Situados neste espaço existencial, geográfico e onto-epistêmico do Antropoceno, experimentado e intensificado pela nossa localização no Sul Global, tomamos como cenário de inquietações os eventos ocorridos no Rio Grande do Sul no mês de maio de 2024, na ocasião das enchentes provocadas pelas fortes chuvas que assolaram o território gaúcho. As águas das chuvas trazem

consigo dois intensos fluxos que atravessam as experiências dos corpos vivendo no Antropoceno: por um lado, os efeitos da crise climática e o despertar de uma natureza ferida; por outro, a gestão da devastação proposital empenhada pelo regime petrossexorracial. Em um relatório produzido pela comunidade científica internacional World Weather Attribution, denominado “Climate change, El Niño and infrastructure failures behind massive floods in southern Brazil” (em português: “Mudanças climáticas, El Niño e falhas na infraestrutura por trás das enchentes massivas no sul do Brasil”), pesquisadores nacionais e internacionais (Clarke et al., 2024) apontam que as causas meteorológicas, como o fenômeno El Niño, somadas ao progressivo aumento das temperaturas causadas pelas mudanças climáticas decorrentes da queima de combustíveis fósseis e à gentrificação de zonas urbanas que expressam desigualdades socioeconômicas, foram fatores determinantes para a tragédia sofrida no Rio Grande do Sul.

Ainda como agravantes dos fatores acima citados, o mesmo relatório menciona o caso da capital gaúcha, Porto Alegre, como uma expressão do descaso e do déficit de manutenção do sistema de proteção contra inundações, resultando em

uma falta de direcionamento generalizado no que compete às políticas públicas responsáveis pela infraestrutura da cidade. Com relação aos dados meteorológicos e aos estudos relacionados a eventos climáticos, o mesmo estudo acima citado (Clarke et al., 2024) concluiu que as chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul corresponderam ao equivalente a três meses de chuva em duas semanas, devastando pelo menos 90% do território do estado com as inundações e deslocando 2,3 milhões de pessoas que foram afetadas direta e indiretamente pelo desastre socioambiental. Em meio à tragédia que resultou em deslocamentos forçados, mortes e desaparecimentos, expressando ainda completa desfiguração e destruição de grande parte do estado do Rio Grande do Sul, o espaço das cidades submergiu nas águas e, ante sua descida, emergiram escombros.

Como medida histórica de manutenção do sistema petrossexorracial, a modernidade colonial vampiriza corpos racializados e generificados para a pilhagem e acumulação do capital — e não seria diferente no processo de destruição da Terra e dos seus recursos naturais. Junto aos escombros, emergem os corpos negros da periferia do mundo, expondo o projeto necropolítico que embala o

Antropoceno. Em um estudo realizado pelo Observatório das Metrôpoles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2024), mapas das regiões alagadas no Rio Grande do Sul demonstram que as áreas mais afetadas na Região Metropolitana de Porto Alegre são os territórios com maior concentração de população negra. Constituem verdadeiros cinturões negros os bairros Humaitá, Sarandi e Rubem Berta em Porto Alegre, assim como Mathias Velho em Canoas, Santo Afonso em Novo Hamburgo e Santos Dumont em São Leopoldo — fazendo referência direta à denominação do espaço geográfico no Sudeste dos Estados Unidos, em que também se localiza um elevado número populacional de pessoas negras, resultado de políticas de marginalização dessa população no pós-abolição.

A devastação empenhada pela violência da colonialidade opera dispositivos bionecropolíticos, compreendidos aqui por Mbembe (2018) como modos de deixar morrer aqueles corpos descartáveis e desviantes da norma branca cis-heteropatriarcal. É necessário, portanto, para a continuidade dos dispositivos de violência e dominação colonial, que o Estado opere políticas de

extermínio, que aparecem nas emergências climáticas por meio da negligência e do negacionismo.

Dada a contextualização desde as ruínas produzidas pelo regime moderno-colonial, as inquietações aqui ensaiadas concernem aos efeitos da crise climática e aos modos de subjetivação próprios do neoliberalismo, e à fabricação de sofrimento psíquico em populações vulnerabilizadas pelo projeto necropolítico. Tomamos aqui a experiência de escuta e acompanhamento de crianças na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (RAPS/SUS), atingidas diretamente pelos eventos da catástrofe climática de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, compreendendo o tempo da infância como sinalizador dos efeitos de sofrimento psíquico no regime petrossexorracial. Tomamos, sobretudo, a possibilidade da infancialização como dispositivo clínico-político indispensável para a reconstrução da urbe pós-catástrofe, bem como para agenciar e maquinar futuros outros na destituição das ruínas da colonialidade.

Situamos aqui a infância como um período da experiência humana também capturado pela lógica hierarquizante dos corpos no regime petrossexorracial. A

criança é, na modernidade, o depositário estratégico de controle e higiene da raça, do sexo e do gênero, uma vez que representa, no corpo, a possibilidade de tutela e controle — tanto pelo discurso que se inscreve desde o universo e a experiência dos adultos quanto pelas instituições do Estado moderno e seus dispositivos de disciplinarização. Encontramos em importantes registros e estudos sócio-históricos, em Arriès (1981) e Donzelot (1980), a compreensão da invenção do estatuto próprio da infância na modernidade como período ligado à “construção do homem moderno”, esse sujeito da disciplina e do progresso que encontra no corpo da criança a possibilidade do ajustamento moral desde os dispositivos médicos e pedagógicos.

A criança expressa, na modernidade-colonialidade, um corpo possível de imprimir a tão almejada identidade branca e civilizada em contraposição à degeneração racial e cultural. Abre-se aí o espaço para a invenção de um período, o tempo da infância, no singular, marcado especialmente pelas inúmeras intervenções com vistas à homogeneização da experiência do “ser criança” a partir de determinados marcadores caros à burguesia.

A invenção da infância caminha, portanto, *pari passu* com as invenções petrossexorraciais da modernidade e seus estatutos de gênero e raça. A dicotomia entre criança e adulto, pequeno e grande, constitui uma, entre tantas, das hierarquias produzidas pelo regime, a fim de submeter o corpo da criança aos dispositivos disciplinares e normativos da colonialidade. Enquanto período fabricado, essa infância encontra nas disciplinas biomédicas, especialmente as psi, os instrumentos necessários para a homogeneização da experiência da criança em um modelo branco e burguês, no qual a pluralidade — infâncias — se torna desvio a ser corrigido. Nesse contexto, quais são as infâncias plurais que (r)existem no Antropoceno? Como constituem essas infâncias possibilidades de existência e construção de outros mundos diante das ruínas do capitalismo em sua face neoliberal e colonial? Essas questões abrem aqui a trilha pela qual constituímos as problematizações acerca da experiência da infância e do brincar como condição de possibilidade de reconstrução de outros mundos frente à destruição da vida na modernidade-colonialidade.

Neste momento histórico do capitalismo, compreendido como regime econômico produto e produtor da

colonialidade, o sofrimento psíquico inerente aos modos de subjetivação forjados no neoliberalismo passa pelas exigências de alta performance e sujeitos empreendedores de si mesmos (Neves et al., 2021), constituindo, desde os sistemas diagnósticos e de tratamento em saúde mental, uma gama de postulados técnico-assistenciais que fabricam modos de ser e estar no mundo em consonância com o modelo de produção econômica vigente. No campo das infâncias, a homogeneização da experiência da criança a um modelo de comportamento asséptico e higienizado compreende um dos efeitos do modo de subjetivação neoliberal e petrossexorracial, conferindo um apagamento radical da singularidade e inferindo diretamente na patologização de marcadores da diferença, ao mesmo tempo que ignora os verdadeiros efeitos de sofrimento fabricados por uma configuração social que destitui a possibilidade de vida com dignidade, proteção e direito ao livre brincar.

Evocamos aqui Benjamin (2020), na constatação de que o capitalismo e a emergência dos meios de comunicação em larga escala, bem como a profusão saturada de acontecimentos em velocidades que não permitem a

elaboração de experiências, resultam na derrocada da possibilidade de narrar. O narrar a experiência vivida, como condição de elaboração da vida em seus desdobramentos, é impossibilitado na modernidade-colonialidade, na medida em que a dimensão da partilha e transmissão dos saberes advindos da experiência singular de cada sujeito é solapada pelo esvaziamento da palavra. A palavra, nesse contexto, é utilitária; é nesse sentido que Benjamin (2020) refere à informação, à opinião e à imprensa como marcadores do “fim da narrativa”. Narrar a experiência passa pela possibilidade de brincar com a palavra, ficcionar e fabular a experiência, desde o modo como esta se inscreve no corpo singular e coletivo de sujeitos e comunidades. O declínio do narrar é, nessa direção, um declínio do brincar e do fabular outros mundos possíveis — artifício próprio de uma lógica do realismo capitalista enquanto ideologia de que “outro mundo não é possível, fomos vencidos, o capitalismo é o único sistema possível”.

Deparamo-nos, portanto, com outros escombros da ruína do regime petrossexorracial: as ruínas do narrar. Diante da catástrofe climática e da experiência de escuta e atenção

psicossocial com crianças no contexto do SUS, situamos aqui o brincar enquanto possibilidade de narrar e elaborar o trauma da experiência de viver nas ruínas. Brincar pode constituir, então, um dispositivo clínico-político de restituição da capacidade narrativa diante do declínio da palavra, agenciada pelo capitalismo neoliberal, bem como uma bússola ética para enfrentar os tempos que vivemos e fabular outros mundos possíveis. Reconstruir as ruínas sob outras fundações; refundar o mundo com cidades pretas, indígenas, queer e brincantes

**Brincar nos escombros:
Reerguer Cidades Coloridas Rumo
a Uma Reconstrução Possível**

“Abril de 2024, as cidades ainda são rios no Rio Grande do Sul. Alguns bairros e lugares da cidade começam a emergir das águas que lentamente recuam, despontando no horizonte uma cidade em ruínas, um estado em decomposição. Nos abrigos provisórios organizados para receber comunidades inteiras que tiveram suas casas transformadas em rio, as dúvidas começaram a emergir junto com as ruínas: para onde ir? Como reconstruir? De onde juntar os destroços? As mais diversas políticas públicas — tão aviltadas nos últimos anos por uma ideologia de austeridade e destruição da coisa pública e de um Estado de bem-estar

— se encontram presentes no abrigo provisório. Saúde, educação, assistência social, habitação, entre outras.

Mais do que políticas, seus agentes lá estão: trabalhadores. Não é a saúde que está lá, é o médico do postinho da comunidade que também perdeu seu local de trabalho. Não é a saúde mental que está lá, mas sim o terapeuta de referência que se faz presente, agenciando no coletivo possibilidades de elaboração do trauma coletivo que ele mesmo atravessa. Não é a educação que está lá, é o professor que espera todo dia na porta da sala de aula que agora também virou rio. Os retornos para os territórios gradativamente começam a ocorrer, mesmo sem a garantia de que será possível habitar novamente suas casas. Muitas famílias querem regressar ao bairro, poder encarar de frente os destroços, mapear a dimensão da destruição, coletar aquilo que restou embaixo dos escombros. E lá estavam juntos os trabalhadores públicos, atravessando junto um caminho onde tudo é ruína.

Em determinada tarde, passando pelo território com algumas famílias que regressaram para vislumbrar o estado de suas casas, um grupo de crianças resolveu ir junto. Não querem ficar no abrigo esperando seus pais voltarem com seus segredos adultos sobre a tragédia — querem participar, querem também visualizar o que restou; são teimosas! Chegando no território, começam as limpezas, a coleta dos destroços, a recuperação de itens pessoais que ainda sobreviveram às águas. Saio de uma das casas-rio e me deparo com um grupo de cinco ou seis crianças, correndo, brincando,

fabulando em meio às ruínas. Do seu jeito brincante, enquanto ajudavam, como lhes era possível, a procurar itens embaixo da grande quantidade de destroços que se sobrepunham em pedaços de casas misturadas, inventavam um novo mundo a ser reconstruído. Uma das crianças sobe em um banquinho cercado por essa grande quantidade de destroços e grita para as outras: “Agora que vamos ter que construir todas as casas de novo, a cidade pode ser colorida! Uma casa de cada cor. Já pensou se nossa vila fosse assim, tio?” (Diário de Campo, comunicação pessoal, 2024)

A cena supranarrada constitui um excerto de vários registros realizados em diário de campo de trabalho durante o período das enchentes no Rio Grande do Sul. Como trabalhadores da atenção psicossocial infantojuvenil no SUS, de pronto o trabalho realizado no âmbito do serviço de saúde mental atravessa as paredes e muros e se coloca nos abrigos provisórios, bem como nos territórios, acompanhando as comunidades e ofertando o suporte necessário para o momento de emergências e desastres. Nesse cenário, a presença das crianças — seja nos abrigos provisórios ou no processo de retorno e reconstrução dos territórios atingidos — constitui aqui o analisador pelo qual tomamos a direção de um trabalho clínico-político.

Nos desdobramentos da vida que transcorre no interior de um abrigo provisório para mais de três mil pessoas na cidade de Novo Hamburgo, as crianças constituíram um grande grupo cuja presença contundente ressoava em ecos pelos corredores estreitos, por onde se organizavam as moradias coletivas entre colchões, roupas e itens pessoais que puderam ser salvos na fuga das águas. O trauma do deslocamento forçado provocado pelas enchentes parece, em alguma medida, passar pelo corpo das crianças como uma corrente elétrica de um para outro. Em meio aos lamentos e desamparos, a experiência de sobreviver à catástrofe climática encontra lugar na brincadeira, na corrida de um lado para outro, na cantiga de roda. O agito dessas crianças logo passa a constituir uma cena incômoda para os adultos: muito grito, muito agito, muito, muito, muito. Brincar transbordante.

O serviço de saúde mental infantojuvenil, que já se encontrava dentro do abrigo provisório, é convocado a “fazer alguma coisa com essas crianças”. A convocação, num primeiro momento, obviamente compõe um certo registro do controle e da contenção, da intervenção

médico-pedagógico-psiquiátrica no campo da infância. A resposta do serviço de saúde mental, no entanto, caminha na direção diametralmente oposta à demanda do controle, abrindo possibilidades de afirmar, junto às crianças, a indispensabilidade da presença da infância e do brincar enquanto produtores de subjetividade e de uma outra narratividade acerca da cena da catástrofe.

Cria-se, junto às crianças, no contexto do abrigo provisório, um espaço permanente de encontro — dispositivo clínico-político que chamamos de “Oficina do Brincar”. A proposição da oficina seguia, sobretudo, alguns fundamentos básicos: 1) todo mundo pode brincar (adultos, crianças, trabalhadores públicos, voluntários e comunidades presentes no abrigo); 2) o brincar é livre; e 3) as crianças conduzem o espaço. Assim, iniciamos um percurso de trabalho em que o brincar, em sua radicalidade, assume o estatuto técnico-assistencial sob o qual o acompanhamento de crianças — mas também de suas famílias e comunidades — se fez possível durante a catástrofe climática.

Se a infância é “o chão que a gente pisa a vida inteira” (Luft, 2003), o brincar, por consequência, é um ato de vida em curso. De toda uma vida, de um novo e

revolucionário ato de existir no mundo, brincando. Brincar este que diz de um gesto em direção ao espontâneo e ao disruptivo. O brincar diz de um lugar diferente a ser ocupado desde o interior da lógica acelerada do capital; constitui, por si mesmo, a necessidade de outro ritmo e de outra frequência de existência. O brincar nunca é ato isolado, nunca é apenas um fim em si mesmo. O brincar é o início (e um meio) de uma série de conexões e emaranhados de novas possibilidades e linhas de fuga possíveis.

Como classificar uma atividade tão complexa e, ao mesmo tempo, tão simples? O psicanalista inglês dos paradoxos, Donald Winnicott (2019), localiza o brincar como uma experiência entre o dentro e o fora, entre o Eu e o Outro. Brincar diz respeito a essa bifurcação do sentido, ao incontrolável movimento e momento de ser sujeito. É nessa área intermediária, como propõe Winnicott (2019), que a criança (e o adulto) consegue desenvolver e ampliar suas capacidades criativas. É um espaço potencial de desenvolvimento, uma área de experimentação dos sujeitos. Dizer que possuímos uma certa natureza humana é arriscado e, no mínimo, equivocado em diversos sentidos. Mas o brincar, como ato-processo de subjetivação, encontra

caminhos para dar sentido ao que não faz sentido — ou tirar o sentido daquilo que se coloca como lógico. Uma experiência de brincadeira é diferente da outra, e o brincar perdura para além da criança, permanecendo também na criança que vive no adulto.

Winnicott (2019) pontua que:

Qualquer coisa que eu diga sobre a brincadeira das crianças também serve para os adultos, embora seja mais difícil tratar do assunto quando o material do paciente se revela sobretudo por meio da comunicação verbal. Suponho que devemos encontrar a brincadeira de modo tão evidente na análise de adultos assim como em nosso trabalho com crianças. Ela se manifesta, por exemplo, na escolha das palavras, no tom de voz e, é claro, no senso de humor. (p. 72).

Nessa riqueza de experiências interpessoais é que surge, até mesmo no tempo complexo de maio, a possibilidade de contar com o outro e de se utilizar do brincar como ferramenta ético-política. O brincar é necessidade urgente, e o conceito-ato não pode ser reduzido ao ponto de se pensar que não existe tempo para brincar em meio ao caos, ao

sofrimento, à dor, tristeza, lama, lágrima, morte, cansaço. Pelo contrário, é em tempos desesperadores que precisamos retomar a capacidade de brincar — tanto nas crianças quanto nos adultos.

Voltemos ao nosso brincar no contexto das enchentes de maio. Contexto único e específico, o Rio Grande do Sul vive, em maio de 2024, o pior desastre socioambiental de sua história, e diversas consequências desse acontecimento são sentidas, e diversos atravessamentos se colocam e se interpõem nas rotinas e nas dinâmicas dos trabalhadores da rede pública de saúde da cidade de Novo Hamburgo. Com profissionais tendo suas residências direta ou indiretamente atingidas, familiares próximos em situações diferentes e complexas, o acesso ao trabalho também foi prejudicado. A paralisação das vias de acesso e dos transportes públicos e as mudanças nos horários e movimentos dos ônibus ocasionaram impedimentos aos trabalhadores. Além das situações mencionadas acima, que fizeram atingidos diretamente, o trabalho se tornou uma impossibilidade. Nesse momento, surge então, em maio, em Novo Hamburgo, o abrigo da Fenac, destinado a abrigar as famílias que foram afetadas pelas

enchentes, além de ser um espaço para receber e separar doações de alimentos, roupas, materiais de higiene, brinquedos e tantos outros.

O abrigo foi constituído em diversos espaços diferentes e, ao longo das semanas de maio e junho, foi tomando proporções diferentes e ganhando diferentes níveis de estrutura. Detenhamo-nos mais precisamente na “Oficina do Brincar”, um espaço pensado pela rede de saúde pública para que as crianças e adolescentes abrigados pudessem ter tempo e momento para brincar, elaborar, se expressar, em meio a um momento tão difícil e desorganizador. A Oficina do Brincar foi executada pela equipe multidisciplinar da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que contava com diversos profissionais da saúde e da assistência social, tendo a participação de diversos serviços da rede socioassistencial. As narrativas aqui presentes dizem de algumas das cenas dos diversos dias em que ocorreu a Oficina do Brincar, em um momento que expressa, de diferentes maneiras, a importância e a necessidade do lúdico como ferramenta clínico-política. Neste espaço, as crianças escolhem a brincadeira. Numa sequência autônoma de processo decisório, chegamos para a Oficina do Brincar, espaço que já estava

sendo utilizado e movimentado por diversos trabalhadores da rede de saúde pública local. Em nossa chegada, o lugar de “especialistas” logo foi ativado pelo discurso de que “sabíamos de infância”, uma vez que nossa filiação institucional a um serviço de atenção psicossocial infantojuvenil evidenciava uma suposição desse saber sobre o infantil.

Havia cerca de 4 ou 5 crianças que já estavam na porta do local, no horário combinado, e, após recebê-las, decidimos perguntar o que gostariam de fazer, com o que gostariam de brincar. Poucos segundos pensando, uma das crianças logo disse: TINTA! A brincadeira começou no papel. Cada um com alguns potinhos de tinta, com alguns pincéis, fazendo sua própria produção e criando o seu próprio desenho. Até que, em determinado momento, olharam para meus braços. Um braço sem tatuagens, mas que — na visão daquelas crianças — merecia algumas. Perguntaram se poderiam me tatuar nos braços. Era junho, mas não era um dia tão frio, eu usava um moletom canguru com um pouco das mangas arregaçadas. Elas começaram, então, a fazer tatuagens em ambos os braços. Tomaram meu corpo, fiquei praticamente imóvel enquanto os tatuadores-brincantes se expressavam livremente. No início teve flor e pequenos

desenhos delicados e desenhados com calma. Durou pouco. Logo começou uma pintura completa, onde cada centímetro livre do meu braço foi preenchido com tinta azul, verde e vermelha.

Ousaram alguns poucos riscos e rabiscos no meu pescoço e respeitaram os limites de até onde eu me permitia brincar — tomaram o máximo de cuidado com meu moleto e minhas roupas. Até que meu corpo-tela não foi o suficiente, e resolveram então começar as suas próprias artes em seus próprios corpos-telas. Se pintaram de todas as tintas e glitters possíveis, de todas as cores, e saíram completamente pintados. Houve um pequeno desentendimento, um pintou e manchou o casaco do outro, pintou quem não devia, e não podia, e tive que separar dois meninos que queriam resolver de forma ainda mais física aquela brincadeira que traçava limites entre arte, corpo, limite, borda, afeto e tinta. O que isso nos diz do brincar, o que diz da expressividade das crianças, da possibilidade inventiva, da capacidade de autonomia? Uma criança selecionou a brincadeira, outras compraram a ideia, e, em pouco tempo, outras crianças que chegaram abraçaram com tudo essa possibilidade.

Guardo comigo alguns desenhos que ganhei neste dia, fui presenteado com as obras em papel que produziram. Também se arriscaram a marcar com as mãos as brancas paredes que eram os limites daquele espaço reservado para a oficina. Começou com uma marcação, depois outra, e outra, e outra, e, em pouco tempo, a parede que antes estava pálida e sem graça agora continha a marca de uma dezena de crianças. De que borda se fala, de que limite pensamos quando vemos as mãos pintadas na parede? De crianças que querem também registrar sua marca no seu espaço, que falam de um local que as pertence, de certa forma. A brincadeira com as tintas, com o corpo (com o seu e do outro), com as bordas e limites que são físicos e visíveis, mas também dizem de uma produção de subjetividade e uma singularidade que marca a existência de cada uma naquele espaço coletivo. Marcas improvisadas com tintas marcam paredes improvisadas num lar-local improvisado — mas que não têm menor valor por causa disso. (Diário de Campo, comunicação pessoal, 2024).

Existia algo ali na experiência do desamparo que não era do campo do improvisado, que não pertencia à urgência, emergência, catástrofe? Brincar é essa

catástrofe incontornável de sentido, na qual o sujeito se faz e se refaz enquanto tece uma vida diferente que quer para si — para os outros. O brincar pode ser ato individual, obviamente, mas está sempre entrelaçado nas dimensões coletivas do prazer de compartilhar a criação e a espontaneidade com um olhar que olha de volta.

Winnicott (2019) vai dizer que:

A brincadeira que é universal e pertence ao âmbito da saúde: o brincar promove o crescimento e, portanto, a saúde; brincar leva aos relacionamentos de grupo; brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia; e, por fim, a psicanálise foi desenvolvida como uma forma altamente especializada de brincar, em prol da comunicação consigo mesmo e com os outros. (p. 74).

O brincar não exige que alguém diga e outros obedeçam. O brincar possibilita que todos tenham o direito de dizer: isso eu quero, isso eu não quero, isso eu posso, isso eu não posso. O brincar traz à luz a experiência que é a permissão de seguir o rumo de um desejo, mais do que de uma necessidade. O brincar é coletivo, o brincar é ato, o brincar é essa

grande instância que permite a um sujeito declarar mais ou menos limite, mais ou menos borda, mais ou menos vontade. É a instância de um sujeito poder se entender sujeito, poder se dizer quem se é. O brincar, no fim das contas, é, além de fazer, permitir a possibilidade de ser. Não existe caminho político possível para superar o neoliberalismo e as mazelas do regime petrossexorracial sem o brincar. A política como conhecemos está estagnada em gestos, gessos e estruturas completamente enraizadas em velhos modelos que seguem o processo de fazer viver e deixar morrer. O brincar é impedir que o processo siga o mesmo rumo que há tanto tempo segue. O brincar é um ato político e revolucionário da ordem estabelecida das coisas

Notas de Uma Clínica Brincante:

Reinventar o Mundo, Fabular Utopias

Na esteira da experiência aqui narrada, através dos efeitos clínico-políticos de uma oficina de brincar com crianças no contexto de atenção à saúde nos abrigos provisórios, alguns apontamentos acerca da urgência de infanciarizar as perspectivas de construção de futuro se fazem pertinentes na abertura de novos horizontes epistêmicos, políticos e

estéticos. Definimos aqui a infancialização com Noguera e Barreto (2018), que a assumem como possibilidade de abertura de novas possibilidades de vida, encontro com o disruptivo na e da própria vida, e o reconhecimento da interdependência entre os seres. Não se trata de uma essencialização das infâncias na lógica de uma “pureza”, como se o próprio campo das infâncias não fosse permeado de problemas próprios ao seu contorno como momento da vida humana. Infancialização é tomada aqui como ferramenta clínico-política capaz de ativar possibilidades de ação em um mundo apartado da possibilidade de narrar e experimentar formas de vida em suas multiplicidades.

Em uma produção de subjetividade neoliberal em que a própria infância é permeada pelo imperativo da produtividade desenfreada e impedida de fabular mundos, tomamos como aposta uma infancialização outra, em que o brincar assume o estatuto de ação modificadora e produtora de realidades. A criança que brinca, salta, pinta e fantasia outros mundos, constitui-se como sujeito político de uma ação formuladora de futuros possíveis, em que a irreverência própria do ato criativo possibilite a emergência de novos modos de

organização sociopolítica nas ruínas do regime petrossexorracial. Noguera e Barreto (2018) afirmam que “as pessoas investidas de infância são capazes de recusar o desejo de dominação e exploração” (p. 640), evidenciando que o caráter errático e inventivo próprio das infâncias pode permanecer como ferramenta política em diferentes contextos da vida e como bússola clínico-política para ativar processos de resistência e reinvenção junto às ruínas.

Seja no pedido por uma cidade mais colorida ou na possibilidade de colorir a si e o outro, como evidenciado nas narrativas aqui trazidas, ressaltamos também a participação ativa de crianças no papel de reconstrução das cidades em meio aos escombros, constituindo-se como verdadeiras arquitetas da invenção de novos espaços públicos mais inclusivos e, sobretudo, infancializados. Questionamos acerca da possibilidade de efetivação da participação social de crianças nos processos decisórios não só nas catástrofes, mas na proposição e construção de políticas públicas — agenciar uma nova política, uma política infancializada. Na medida em que essas crianças emergem brincando nos escombros e apontam outros modos de ver

a reconstrução mais colorida do que o sem-cor deixado pela tragédia, colocam em questão a limpeza e assepsia dos processos de adultização imbuídos na burocracia da vida cotidiana e das políticas sociais. Para reconstruir, o regime petrossexorracial aponta que é preciso ordem, limpeza, seriedade e racionalidade — espaço onde o brincar é fora de questão, atividade supérflua, desorganizada e desagregadora, reforçando assim os pilares de sua existência. Aqui, as crianças denunciam: é preciso brincar, é urgente fabular para reconstruir.

A ativação da capacidade imaginativa do fabular mundos possíveis, universos fantasiados e cidades ficcionadas inaugura uma política da narrativa e da afirmação da experiência como aquilo que abre passagem a novos regimes de existência, de sociabilidade e da política. Se, para Benjamin (2020), narrar é elaborar uma experiência vivida e transmiti-la como produção de saber a outrem ou à comunidade, brincar como fabulação de mundos possibilita narrar e, portanto, transmitir modos inventivos de atravessar o regime petrossexorracial. Em um regime marcado pela saturação sensorial e cognitiva, pela expropriação da vida através da acumulação do capital, pela individualização de um sujeito

empreendedor de si, brincar pode constituir possibilidades de narrar e tomar de volta a imaginação de que um outro mundo é possível.

Nessa perspectiva, ressaltamos ainda o papel do agente produtor dessa experiência brincante no contexto das catástrofes: a clínica da atenção psicossocial. Se, por um lado, a filiação a um serviço de saúde mental infantojuvenil no SUS constituía o lugar de especialista, no qual a infância é tomada como campo de intervenção médico-pedagógica, por outro, nos parece ser possível apostar, desde esse lugar da instituição saúde mental, em bifurcações e invenções de outras clínicas e novos modos de operar em saúde mental e atenção psicossocial. Em uma postura de escuta radical do que as crianças têm para nos dizer — não só do trauma do deslocamento ou das enchentes, mas da vida, das políticas, do funcionamento das instituições modernas —, é possível destituir a clínica de sua dimensão patologizante e normativa.

Uma clínica brincante no contexto das políticas de saúde anuncia a condição de possibilidade de narrar a paisagem do regime petrossexorracial, para, desde aí, transpô-la, utilizando-se da invenção e da capacidade de fabulação para ensaiar o começo de outros mundos. Brincar ante ao

sofrimento, seja com as palavras ou além delas, desarticula a paralisia pretendida pela derrocada da narrativa como empreitada da modernidade-colonialidade e do capitalismo neoliberal enquanto faces de uma mesma moeda. Pretende-se, portanto, com essa clínica brincante, infanciar o campo das políticas públicas de saúde e das políticas de atenção psicossocial, pintando-o com as cores da insubmissão própria do ato criador que advém das crianças e seus modos de habitar o mundo.

Mas, afinal, o que nos dizem as crianças acerca da clínica, da política e das ruínas? Deleuze (2011) afirma que as crianças não cessam de dizer o que fazem e o que lhes acontece — não em termos de um familismo ou de um inconsciente arqueológico e familiar, como em uma psicanálise freudiana —, mas sempre em vias de um deslocamento produtor de mapas que apontam para os meios, intensidades, trajetos dinâmicos e zonas de indeterminação. Um devir-criança é aquele em que o ato brincante não leva a alguma origem a ser interpretada ou a uma redução do mundo experimentado ao mundo de papai-mamãe ou às possibilidades de encarcerar os vividos neste universo de referência; antes, busca expandir

permanentemente os universos existentes e possíveis, “sair do apartamento familiar” (Deleuze, 2011, p. 83) e levantar voo.

A abertura desses mapas de saída do espaço familiar — entendido aqui também como os espaços de controle e homogeneização das infâncias pelas instituições moderno-coloniais — permite a possibilidade de ampliação dos territórios existenciais, o encontro com a diferença que faz da multiplicidade uma bússola e uma ética de afirmação de uma vida coletiva, desindividualizada e desinstitucionalizada. Para infanciar a clínica e a política, é preciso levantar voo e sair do apartamento familiar. Também é necessário abrir os portões do condomínio disciplinar médico-pedagógico e ir para a rua, no encontro com o inesperado que faz emergir a brincadeira como modo de habitar e construir outros mundos.

Acerca da utopia de outros mundos construída no e pelo brincar, lembramos com Galeano (1994) que a utopia:

Ela está no horizonte. [...] Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar. (p. 310).

Caminhar, aqui, se encontra no ato de sair daquilo que Dunker (2009) define como a lógica do condomínio, modo de subjetivação próprio do neoliberalismo, na formação dos fechamentos operados para o contorno de um indivíduo protegido e envolto a muros que, em sua face disciplinar, opera também exclusões daqueles que ameaçam a ordem estabelecida das coisas no território condominial. Brincar pode, nesse sentido, estabelecer brechas de passagem por entre os muros condominiais, borrar as fronteiras da individualidade neoliberal enquanto projeto de desmobilização coletiva do regime petrossexorracial. Aqui, trata-se de, pela utopia e imaginação próprias da brincadeira, fabular cidades sem muros.

Nos juntamos a Schneider e Costa (2024) na direção de traçar cartografias infantis junto às cidades, fazendo emergir um plano comum de afetos em que a atitude brincante possa traçar rastros de sobrevivência da experiência e da narrativa desde um mundo em ruínas. A participação e presença das crianças na construção e reconstrução dos espaços públicos tomados pelas ruínas do regime petrossexorracial — especialmente as ruínas da catástrofe climática causada pelas enchentes de maio — é a condição

sine qua non para projetar, arquitetar, fabular e inventar outro futuro possível. Se há futuro no horizonte, este será um futuro brincante. Se há política possível para adiar o fim do mundo (Krenak, 2020), ela deverá ser infancionalizada.

Em Benjamin (2024), a criança aparece como aquela que, em sua relação com o mundo, “as coisas passam-se como nos sonhos, não conhece nada de duradouro, acha sempre que tudo lhe cai em cima, vem ao seu encontro, esbarra com ela” (p. 36). Encontramos, nessa definição, a infância e, logo, a infancionalização como a experiência de viver em um universo onírico e fabulativo, mas não por isso irreal. O sonho, a fantasia e a fabulação são manifestações reais e concretas de uma experiência produzida desde a possibilidade de agenciamentos com a vida, a comunidade e a invenção de um lugar possível de habitar que inaugure outras paisagens que não as de escombros e ruínas da destruição moderno-colonial. A clínica brincante se agencia com a imaginação para constituir uma política da (re)existência.

Considerações finais

Percorrendo pelas trilhas do cuidado em saúde mental com crianças no

contexto dos abrigos provisórios das enchentes de maio, a ética brincante coloca em questão a atitude imaginativa própria das infâncias como ferramenta ético-política para a ação e formulação de novos mundos diante da catástrofe. O regime petrossexorracial, como modo de subjetivação moderno-colonial e expressão do modelo neoliberal de gestão da vida, produz rastros de destruição e lança a experiência humana nas ruínas. Produtor também de muros, encarceramentos de raça, gênero, classe, deficiência, idade, entre outras estratificações da vida, toda diferença passa a constituir uma ruína a ser implantada por uma política de morte no regime vigente.

Na catástrofe climática experienciada no Rio Grande do Sul com as enchentes de maio de 2024, vislumbra-se um dos tantos rastros dessas ruínas deixadas pelo regime. As ruínas que se espalharam através dos escombros emergidos das águas evidenciam que territórios majoritariamente habitados pela população negra, pobre e periférica das cidades foram os principais atingidos na catástrofe. O desastre tinha direcionamento de cor, de gênero e de classe, seguindo a marcha do projeto de dominação e exploração histórica já apontada para esses

mesmos corpos há mais de quinhentos anos. O mundo arquitetado pelo regime petrossexorracial é um lugar inóspito, onde não há futuro e não há mundos possíveis de sobreviver. A única imaginação possível é a de que seremos devorados pela água, pelo fogo ou pela fumaça.

A experiência agenciada pelo encontro com crianças vivendo em um abrigo provisório, pelo deslocamento forçado causado pelas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, coloca em questão o brincar como ato inventivo. Habitar as ruínas convoca a imaginação a erguer cidades coloridas, justo ali onde os escombros cinzentos querem fazer morada. A atitude brincante de uma oficina que se faz dispositivo da clínica da atenção psicossocial, que instiga o devir brincante de adultos e crianças, chama atenção para ferramentas que possam promover a participação efetiva das infâncias nos processos de reconstrução dos espaços públicos após a catástrofe, bem como para a consolidação de uma escuta radical dessas vozes para a elaboração de políticas públicas. Uma ética brincante que se proponha como ferramenta política ativadora da fabulação pode, assim, inventar outros mundos habitáveis, singrar

novos mares navegáveis e infanciarizar futuros que hoje parecem improváveis. Uma ética brincante pode decidir que as cidades se encham de cores.

Referências

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Guanabara.
- Benjamin, W. (2020). *O contador de histórias*. Hedra.
- Benjamin, W. (2024). *Rua de mão única. Infância berlinense: 1900*. Autêntica.
- Clarke, B., Barnes, C., Rodrigues, R., Zachariah, M., Alves, L. M., Haarsma, R., & Mugge, M. (2024). *Climate change, El Niño and infrastructure failures behind massive floods in southern Brazil*. World Weather Attribution.
- Deleuze, G. (2011). *Crítica e clínica*. Editora 34.
- Donzelot, J. (1980). *A Polícia das famílias*. Edições Graal.
- Dunker, C. I. L. (2009). A lógica do condomínio ou: o síndico e seus descontentes. *Revista Leitura Flutuante*, 1(1), pp. 1-8. <https://revistas.pucsp.br/index.php/leituraflutuante/article/view/7623>
- Galeano, E. (1994). *As palavras andantes*. L&PM.
- Gonzalez, L. (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In L. Gonzalez (Org.). (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.
- Grosfoguel, R. (2020). Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, & Grosfoguel, R. (Orgs.). (2020). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Autêntica.
- Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. (2024). *Observatório das Metrôpoles: Núcleo Porto Alegre*. https://www.observatoriodasmetrôpoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/?utm_source=Boletim&utm_medium=E-mail&utm_campaign=835&utm_content=Núcleo+Porto+Alegre+analisa+os+impactos+das+enchentes+na+população+pobre+e+negra+do+Rio+Grande+do+Sul
- Krenak, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Latour, B. (2020). *Diante de gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. Ubu Editora.
- Luft, L. (2003). *Perdas e ganhos*. Record.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. N-1 Edições.
- Neves, A., Ismerin, A., Brito, B., Costa, F. D., Santos, L. R. P., Senhorini, M., & Carnizelo, C. (2021). A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In V. Safatle, N. S. Junior, & C. Dunker. (Orgs.). (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Nogueira, R., & Barreto, M. (2018). Infanciarização, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. *Childhood & Philosophy*, 14(31), pp. 625-644. Epub 17 de maio de 2019. <https://doi.org/10.12957/childphilo.2018.36200>

Preciado, P. (2023). *Disphorya mundi: o som do mundo desmoronando*. Zahar.

Schneider, M. C., & Bedin da Costa, L. (2024). Pode o infante falar? Narrativas e cartografias infantis como resistência à subalternização da infância na urbe. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, 9(24), e1185.
<https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2024.v9.n24.e1185>

Winnicott, D. W. (2019). *O brincar e a realidade*. Ubu Editora.

Cristian Da Cruz Chiabotto.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0035-1447>

Email: cristianchiabotto.cristian@gmail.com

Simone Mainieri Paulon. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0387-1595>

E-mail: simone.paulon@ufrgs.br

Arthur Henrique Heitelvan Flesch.

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2340-5293>

E-mail: arthurhhf@gmail.com

Contribuição dos autores:

Concepção: C.C.C.; A.H.H.F.

Coleta: C.C.C.; A.H.H.F.; S.M.P.

Redação do manuscrito: C.C.C.; A.H.H.F.; S.M.P.

Análise dos dados: C.C.C.; A.H.H.F.; S.M.P.

Revisão e edição: C.C.C.; S.M.P.

Submetido em: 10/03/2025

Aceito em: 07/04/2025
